

**38o. Encontro Anual da ANPOCS**

**SPG12 - Organizações civis, mobilizações sociais e “violência urbana”:  
novas cartografias na ação coletiva**

**Caravana da Periferia no chão da praça: ativismos político-culturais contra a  
criminalização da juventude pobre e negra**

**Maria Aparecida dos Santos**

## **Caravana da Periferia no chão da praça: ativismos político-culturais contra a criminalização da juventude pobre e negra**

Maria Aparecida dos Santos (UFC)<sup>1</sup>

A produção social, tanto material como simbólica da vida nas cidades é um campo aberto para experimentações, invenção de práticas alternativas de ocupação do espaço urbano. As juventudes periféricas, seus ajuntamentos criativos, expressam potências desse devir urbano. O compartilhamento em forma de redes conectivas, da expressão de sociabilidades múltiplas, seja nos ativismos políticos ou expressões artísticas sobre os desejos de mudança, movem os corpos na direção de uma ação com vistas à visibilidade social. A violência urbana, notadamente a policial, com as práticas de extermínio, perseguições, baculejos e prisões dos segmentos jovens das periferias, emerge como pauta e como mote de uma cena produtora de uma linguagem de resistência coletiva. O clamor, o grito, a palavra de ordem, o canto e todas as formas de fala que projetam para o mundo a presença de sujeitos que imaginam modos de vida outros, configuram o exercício da liberdade de poder dizer, fazer e repercutir.

Segmentos de jovens de bairros periféricos de Fortaleza, organizados em coletivos culturais, movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos e ativistas políticos de um modo geral, vem articulando em rede, uma frente de “defesa” da população jovem, negra e pobre dos bairros considerados violentos, utilizando de inúmeras “táticas” como campanhas, marchas, ocupações, festivais de rock, saraus, ciberativismo, grafite, audiências públicas, “tribunais populares das juventudes” e grupos de estudos e formação política, no intuito de fortalecer um contradiscurso ao apelo difuso por mais repressão e punição aos jovens alvo da sua ação pública. A “Caravana da Periferia”<sup>2</sup> aparece então, como acontecimento que faz reverberar essa palavra produzida no espaço público e

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC)

<sup>2</sup> A Caravana da periferia é uma frente que articula redes de diversos movimentos sociais, partidos políticos, ativismos e coletivos, com a intensão de mobilizar a cidade com o objetivo de discutir a violência e criminalização das juventudes negras e pobres. A sua principal tática organizativa é o núcleo por bairro, visando as especificidades locais da ação do Estado e as demandas por políticas públicas de um modo geral. Em Fortaleza, foi criada desde meados de 2011 e já conta com núcleos nos bairros da Serrinha, Barroso e Parque Água Fria.

privado dos bairros populares de Fortaleza.

A punição da pobreza, a sensação de que o bairro se transformou em “gueto” simbólico, a percepção de que há um certo controle etnorracional na organização socioespacial da cidade, fez com que esses ativismos florescessem e com eles um discurso da superação da “degradação” do território. A ocupação das praças nos bairros e a apropriação simbólica desses lugares, surgiu como possibilidade de consolidação de organizações existentes desde a década de 1990 e o surgimento de outras com características diferenciadas. Um componente em comum aos vários ajuntamentos é a utilização das diversas linguagens artísticas como ferramenta de comunicação e mobilização e o pertencimento a organizações consideradas do “campo da esquerda”, com fortes referenciais “classistas”, guiadas por referenciais marxistas e anarquistas, com preocupação que se referem não apenas à violência sofrida por jovens da periferia, mas sobretudo a ausência de políticas públicas de moradia popular, educação, saúde e lazer.

A crítica sistemática à retração do Estado em relação à área e o discurso da desintegração do espaço público, em razão da violência difusa e do medo de andar nas ruas, becos e vielas do bairro, fez com que houvesse um investimento discursivo e ativo depois da reforma da sua estrutura e inauguração da Praça da Juventude em 2012, , antes Praça da Cruz Grande. Wacquant (2008), fala do aparecimento desse “hipergueto” nas metrópoles contemporâneas, com fortes tendências de “despacificação do cotidiano evidenciada em taxas excessivas de violência pessoal, desdiferenciação social que conduz à desertificação organizacional e a informalização da economia” (p. 11).

A tentativa de espriar nas franjas da cidade o discurso dos jovens como vítimas das forças do Estado e das redes do tráfico de armas e drogas, de “viralizar” o repúdio a uma certa encapsulação das juventudes periféricas nos bairros, fez com que houvesse uma territorialização, ou seja, a multiplicação de núcleos organizados da Caravana da Periferia e a ocupação do espaço público, “real” e “virtual”. A construção de um microcosmo paralelo de resistência política e cultural em construção, opera nos interstícios do espaço urbano, rejeitando estigmas e o ostracismo social gerado pela demonização das periferias.

A vida que não merece viver, ou seja o “homo sacer” (AGAMBEN, 2012), é aquela que

pode ser aniquilada sem possibilidade de resistência. Quem é indigno de viver? Principalmente, os inimigos públicos, ou seja, aqueles que exacerbam o limite da diferença: jovens negros moradores das periferias. A decisão sobre o valor da vida paira assim, de modo ambíguo, sobre o valor de cada indivíduo de acordo com as classificações sociais. “É como se toda valorização e toda ‘politização’ da vida implicasse necessariamente uma nova decisão sobre o limiar além do qual a vida cessa de ser politicamente relevante, é então somente ‘vida sacra’ e, como tal, pode ser impunemente eliminada” (AGAMBEN, 2012, p. 135).

A criação de alternativas organizacionais e a produção de uma certa autonomia cultural, busca demarcar socialmente, o lugar de identidades que se rebelam contra as categorizações sociais hegemônicas das juventudes como sujeitos ameaçadores da ordem social. O bairro como “zona de guerra” das violências cotidianas é a imagem produzida historicamente pelas mídias em geral, refletindo a redução cognitiva sobre a dinâmica espacial. A luta interna entre gangues da década de 1990 e as mortes violentas continuadas de jovens pelo tráfico, pelo sistema de vinganças pessoais e por policiais, ocupam os noticiários e o imaginário social. Nesse sentido, se tem a emergência dos sujeitos assujeitados historicamente, mas que por processos de objetivação e subjetivação, constroem discursos, regimes de verdade e relações de poder que validam suas posições de produtores culturais e de ativistas políticos, em um processo de individuação social (Foucault, 2004).

A criminalização e extermínio da juventude pobre da Serrinha<sup>3</sup> - bairro periférico da cidade de Fortaleza - é um dos temas de debate mais recorrentes na comunidade, inclusive muitos dos coletivos que frequentam e atuam na Praça da Juventude<sup>4</sup> têm forte vinculação com a “Caravana da Periferia”, frente de movimentos sociais organizados, partidos, ativistas e coletivos político-culturais reunidos com o fito de chamar atenção para a temática da violência sofrida pelos segmentos juvenis em razão do tráfico de drogas e armas que está fortemente incrustado na região. Campanhas pelo direito à

---

<sup>3</sup> A Serrinha é um bairro popular localizado próximo ao Aeroporto e à Universidade Estadual do Ceará – UECE. Ocupa sempre os primeiros lugares no ranqueamento dos homicídios contra a população jovem local. Há intenso comércio de drogas no varejo, alta densidade demográfica e poucos equipamentos públicos disponíveis para o usufruto da população moradora.

<sup>4</sup> A praça da Juventude, antiga Praça da Cruz Grande, é um equipamento poliesportivo e cultural, localizado em uma das entradas do bairro e é uma espécie de vitrine para as organizações sociais locais.

cidade, ao lazer, à cultura, à educação de qualidade e à profissionalização fazem parte do repertório de reivindicações do movimento. Há também um esforço em promover atividades sistemáticas na Praça e debater o papel das mídias no reforço da imagem negativa sobre o bairro, a redução da maioria penal, a desmilitarização da polícia, a afirmação da negritude e o combate ao crack, como também, a promoção de saraus, marchas, caminhadas, oficinas de formação política, festivais de música, rodas de break, capoeira, quadras do funk e audiências públicas, além do ciberativismo nas redes sociais como o facebook e o twitter.

Esse modo de apropriação do espaço e dos recursos coletivos se propõe a expor uma certa política de abandono planejado, seletivo que ao mesmo tempo em que se torna ativa pela presença do “Caveirão”, se ausenta na degradação inclusive da própria Praça da Juventude, pela falta de manutenção, bem como de praticamente todos os equipamentos sociais existentes na localidade. Nesse sentido essa “reivindicação protopolítica de dignidade” (WACQUANT, 2008, p. 29), visa não só fundar o espaço público da palavra e da vida ativa, mas, se contrapor à ação, omissão e discursos considerados abusivos. A “cultura do terror” (WACQUANT, 2008), disseminada tanto pelos traficantes de varejo quanto pelo aparato policial presente na área, limitam a ação dos ativismos políticos e o processo integrativo da vida na Praça, principalmente nos eventos críticos de guerra entre as facções rivais e a perseguição policial para aprisionamento ou a remoção dos corpos dos que sucumbiram.

A militarização da questão urbana (SOUZA, 2008), produz a sensação de violência difusa e promove não só a estigmatização socioespacial, mas a produção de espaços anêmicos, gerando escassez de espaço público e vida civil. A criação de “fobópoles” estreita a vida nas ruas e praças, enraizando o privatismo social. Ainda que nos bairros periféricos vejamos costumeiramente pessoas sentadas nas calçadas, o sentimento de insegurança se faz sentir.

Nesse sentido tem-se o debate do direito à cidade segundo LEVEBVRE (2001), quando se tem a necessidade de uma atividade criadora para a cidade, de obra (não apenas de produtos e bens materiais consumíveis), mas de necessidades de informação, simbolismo, imaginário, atividades lúdicas, da necessidade de se ter na cidade e na vida urbana expressões de novos horizontes, ou seja, possibilidades de construção de novas narrativas

e condições materiais de existência.

Contemporaneamente na cidade de Fortaleza, há um processo de privatização das praças, relegando-as ao cuidado de empresas e outros tipos de organizações. Espaços públicos que fomentem não só a ação política, mas a possibilidade do lazer fora dos circuitos de consumo urbanos, são escassos e na maioria das vezes, abandonados pelo poder público. A existência de uma Praça da Juventude, segundo a Caravana da Periferia, favorece uma vida mais rica de possibilidades para as juventudes locais e um espaço onde o medo não pode imperar.

“EXIGIMOS REFORMA PADRÃO FIFA E MAIS ESPAÇOS DE LAZER”  
(palavra de ordem recorrente nas marchas da Caravana da Periferia desde 2013)

“Galera precisamos unificar nossa luta contra o extermínio da juventude pobre e negra, nossa periferia é um barru de povora jogada pelo estado, ou seja é pobre matando pobre, e alguns porra loucas só discurso e bate cabeça... enquanto a policia matar e o trafico da a regra para as comunidades, vamos para além do culturalismos, organizarmos na pauta real e termos ganho de base nas banda, grupos, movimentos, sindicatos e partidos, retomando a campanha da frente da caravana da periferia... estamos juntos, e compreender o ensaio rock como uma ferramenta de mobilização e transformação politica é o desafio...” (postagem de ativista da Caravana da Periferia no Facebook, maio de 2014)

O realinhamento dos limites sociais e simbólicos empreendido pela Caravana da Periferia, visa politizar a vida cotidiana, utilizando expressões culturais como forma de fundação de um novo território e de ampliação das redes sociais envolvidas na “transformação” radical das situações perigosas para os jovens e reverter a culpabilização dos mesmos. A crítica ao Estado, a recusa do autoritarismo policial, a problematização da injustiça estrutural, condensam processos de autonomia coletiva que gera avanços político-pedagógicas nas lutas com pautas específicas.



Figura 1: Faixa da campanha contra a violência policial.  
(Fonte: acervo fotográfico pessoal, novembro de 2013).

O Mapa da Violência de 2013<sup>5</sup> aponta para um crescimento exponencial de jovens da periferia mortos vítimas de homicídios. A maioria é de negros, pobres, do gênero masculino entre 14 e 29 anos e moradores de bairros periférico e favelas. Uma das “táticas” de visibilização das ações da Caravana da Periferia é a “marcha”<sup>6</sup>, uma forma de cortejo pelas ruas do bairro ou da cidade, ocorrendo simultaneamente em vários lugares, a fim de reunir ativistas de várias organizações, com forte corte “classista”, para difundir performaticamente as pautas recorrentes da organização.

A negação das mortes física e social expressa publicamente nos enunciados construídos contextualmente em cada ação, visa enfrentar o processo de “descivilização” (ELIAS, 1994), dos jovens colhidos pela violência, buscando reformular simbolicamente, o estatuto cidadão dos ditos “marginais”, “delinquentes”, “facínoras”, “bandidos”. Afirma, não só a vitimização dos jovens como constrói um discurso de valorização de seus estilos de vida, dos gostos, das formas de comunicação, ou seja de um ethos jovem da periferia, mesmo elaborando a crítica sobre a sociedade do consumo expressa nos rolezinhos aos shoppings e à falta de interesse pela política como forma de linguagem mobilizadora.

A “cultura” aparece aí como motor dos processos de identificação mútua e de estabelecimento do laço social. A possibilidade de “salvar” o jovem da teia do crime e da violência, seria uma das frentes desse processo de racionalização da conduta para a fundação do espaço público e da vida associativa. Aqui, tem-se o sentido de comunidade, da vida ativa e a revelação do agente no discurso da ação, segundo ARENDT (2001), bem como as relações de poder, na vida social e política.

Nesse sentido, [...] o trabalho de politização é frequentemente acompanhado de um esforço de aquisição cultural, vivido muitas vezes como uma espécie de reabilitação da dignidade pessoal (BOURDIEU, 1991, p. 13). Para BOURDIEU (1996), divisões objetivas e estruturas mentais organizam a percepção sobre a vida dos agentes sociais.

---

<sup>5</sup> Segundo o Mapa da Violência de 2013, publicado pela Secretaria de Juventude vinculada à Presidência da República, Fortaleza aparece como a capital em oitavo lugar no ranking dos homicídios contra jovens em 2011, com crescimento de 160% em relação ao ano de 2010.

<sup>6</sup> A Marcha da Periferia ocorre em várias cidades e começou em São Luiz do Maranhão-MA, chamada pelo Movimento Hip-Hop Quilombo Urbano e enraizou-se em várias outras cidades via Quilombo Brasil. Em Fortaleza o chamado está sendo feito por várias organizações do Movimento Negro, popular, cultural como Pró-Movimento Hip-Hop Nós por Nós, Secretaria de Negros e Negras PSTU, Quilombo Raça & Classe-CSP Conlutas e Caravana da Periferia.

Assim, as construções sociais são incorporadas a um sistema de disposições que são reproduzidas por todos/as, apesar das lutas cognitivas e simbólicas para reverter a ordem simbólica. O simbólico para Bourdieu está vinculado à ordem do conhecimento, às disputas, às relações de forças, à necessidade de reconhecimento, à estrutura das mentalidades, tendo até uma relativa autonomia em relação à ordem material das coisas. No entanto, não podemos separar estruturas simbólicas e materiais como se fossem dimensões estanques que não se imbricassem.

### **A ocupação da Praça da Juventude: construindo territórios existenciais**

A Praça das Juventudes na Serrinha se configura em ponto de encontro, de passagem, de festa e para alguns, produtores de cultura e do fazer político no local, um palco e uma ágora ora se transmutando em emblema, vitrine ou “porta de entrada” para a comunidade considerada periférica e violenta. Nesse espaço praticado da ação político-pedagógica dos grupos e movimentos que o apropriam, há cadeia de sujeitos sociais que exibem suas diferenças e identidades. A profusão de acontecimentos cotidianos leva a um movimento incessante não só do território da Praça, mas de invenção, de elaboração de estratégias de subjetivação tanto singulares como coletivas. Os personagens que transitam pela Praça a utilizam com interesses diversos e fazem do espaço, chão vivo de muitas histórias.

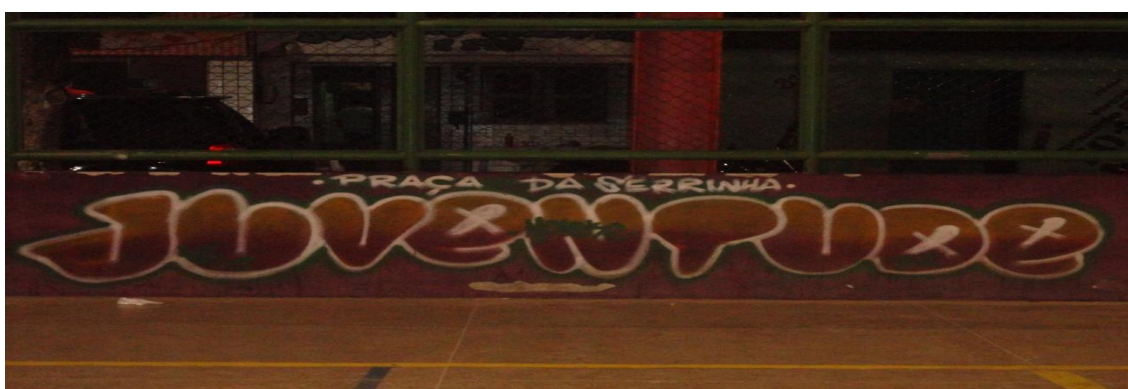


Figura 02 – Grafite na quadra poliesportiva da Praça da Juventude da Serrinha, Fortaleza (Fonte: acervo fotográfico próprio, fevereiro de 2014).

Outrora denominada Praça da “Cruz Grande”, o espaço antes visivelmente degradado e negligenciado pelo poder público, assim, como outros logradouros não muito visíveis do bairro da Serrinha, se transforma no ponto de convergência de expressões culturais das



mais variadas como o hip hop, reggae, capoeira, campeonatos esportivos, festivais de humor, bem como de atividades comerciais no seu entorno e de organização de ativismos políticos e manifestações religiosas.

Atividades espontâneas e organizadas por grupos de jovens de outras periferias e que partem do referencial da Praça, como lugar intercambiador, fortalecem seus contatos e os fazem transitar por vários circuitos da cidade. A formação de redes culturais e de ativistas políticos é uma peculiaridade forte dos coletivos que marcam presença no local. São fluxos de interação que compõem práticas de refudação do espaço público, ou segundo Foucault (2008), inventando a liberdade nos espaços de sujeição.

A Serrinha como comunidade ocupada a partir da década de 1920, traz na sua história a marca da afirmação como lugar de moradia de famílias migrantes do interior do Estado, com forte herança do trabalho agrícola e do tempo lento do campo. Comunidade contemporânea urbana, mas, que ainda guarda resquícios de uma antiga comunidade formada por famílias inteiras com forte laço de parentesco. A praça, ágora, lugar do debate público e do desfile dos corpos simbolicamente guetizados pela cidade, representa a demanda histórica da comunidade por reconhecimento, de direitos e das memórias dos seus habitantes reduzidas ao esquecimento pela passagem do tempo. A Serrinha, bairro periférico, espremido pelo avanço da especulação do capital imobiliário, existe como comunidade estigmatizada e marcada pela violência urbana, inclusive instaurando “tribunais populares” para o julgamento de ações consideradas como criminosas, do Estado contra a população jovem do bairro.



Figuras 3: Faixa da campanha contra a violência policial e espetacularização nos programas policiais da TV local. (Fonte: acervo fotográfico pessoal, novembro de 2013).

Pudemos visualizar os esforços reiterados dos grupos organizados, de construir um consenso discursivo nas letras das músicas de rap, nos materiais confeccionados para os eventos, a respeito de como “salvar” os envolvidos com o mundo do tráfico e de como atrair jovens para as fileiras de seus movimentos culturais. A ampliação dos espaços públicos de lazer para as juventudes locais, alcança a proposta de urbanização da Lagoa da Itaperaoba, área de preservação ambiental, localizada próxima à Praça e tensiona o poder público municipal no sentido de responder à demanda histórica de urbanização da Lagoa. Deve-se levar em consideração que a construção da Praça das Juventudes, um projeto encampado pela última gestão municipal, deu-se em um contexto de aproximação de algumas das lideranças jovens locais com o referido mandato. Nesse sentido, chamamos a atenção para o molecular movimento de cooptação dos principais movimentos sociais existentes no bairro, como forma de apoio político. É nessa conjuntura política que é criada a Praça das Juventudes da Serrinha.

A Praça das Juventudes na Serrinha foi inaugurada oficialmente no início do mês de abril de 2012 pela Prefeitura Municipal de Fortaleza. Conta com equipamentos como quadra poliesportiva, campo de grama, vestiários, aparelhos de ginástica e anfiteatro. A “nova” Praça das Juventudes apresenta um diferencial em relação às duas praças já entregues em outros lugares da cidade: os moradores da comunidade criaram um Conselho de participação (Gestor) composto por 30 moradores do bairro que se reúnem toda semana para discutir a melhor forma de responder às diversas demandas do público frequentador do local. Esse conselho se divide em comissões autogestionárias: Educação e Meio Ambiente, Arte e Cultura, Esportes e Finanças. Todas têm como objetivos principais, fomentar atividades para a Praça, administrá-la e regular os conflitos e dissensos em relação ao seu uso.

A ideia de autogestão e de não interferência do poder público municipal no gerenciamento da vida da Praça é forte dentro do Conselho, embora, haja ações constantes de solicitação do apoio institucional público na forma de manutenção/repares dos equipamentos esportivos, de limpeza do espaço e patrocínio das atividades político-culturais. O Governo do Estado também mantém um Programa voltado para o fomento das práticas esportivas no local. Então, não se tem um largo distanciamento entre o

Estado e o bairro. No entanto, a maioria de suas demandas históricas nunca foram atendidas como a criação de um posto de saúde, a urbanização/preservação da Lagoa da Itaperaoba e a recuperação de outras praças e equipamentos sociais do bairro.



Figura 4: Marcha pela construção de um pista de skate na Lagoa da Itaperaoba (Fonte: acervo fotográfico pessoal, novembro de 2013).

Ao mesmo tempo em que buscam refundar a praça como espaço público e superar a imagem de “praça de guerra campal” das antigas gangues e galeras que se encontravam aí nos anos 1990 para seus ajustes de contas, os movimentos organizados em torno do Conselho (MH2O, HGO, Proparque), tencionam tornar o lugar, palco de suas performances não só artísticas, mas, sobretudo político-pedagógicas, sempre atentando para o fato que há um forte ligação entre os participantes e lideranças político-partidárias influentes na cidade, que a utilizam como palanque para suas audiências públicas e aparições espetaculares.

No entanto, no entorno da Praça, há becos e vielas da “Favela do Garibaldi” (“Turma do Mal”), praticamente blindada por traficantes de varejo, que vez por outra, travam “guerra” entre si e “fecham” a passagem tranquila para transeuntes incautos, outsiders e policiais, tempo de crise e de sobressalto não só para os locais como para os frequentadores que presenciam “baculejos”, perseguições policiais e prisões violentas.

A Praça da Juventude, abriga hoje, um manancial de atividades autogestionárias e outras fomentadas pelo poder público que revitalizou um espaço que parecia perdido para a deterioração física e simbólica, o que nos obriga a pensar sobre a responsabilidade do Estado quanto ao financiamento de políticas estruturantes para a área da cultura, das artes, do lazer, dos esportes voltadas não só para as juventudes, mas para todo o público potencialmente fruidor, como uma necessidade básica de consumo de bens simbólicos não apenas produzidos fora do circuito da Serrinha, como dentro.



Figura 5: Divulgação virtual de eventos no Facebook pela Caravana da Periferia em fevereiro de 2014. Fonte: Fanpage no facebook.

É sobre esse prisma que o entrelaçamento com a Praça, busca problematizar os limites, os cortes de uma dominação simbólica sobre o espaço da periferia, do que é visto apenas como precário, degradado, perigoso, sem vida, sem memória e sem lugares de sociabilidade. Como esses sujeitos se relacionam com o dentro e com o fora da Serrinha? Como constroem redes de produção cultural e política e ocupam o espaço público? Nesse sentido, a subalternidade social e a intensa vulnerabilidade sócio-econômica dos jovens moradores da Serrinha e frequentadores da Praça da Juventude fez-me pensar na exploração de temas como sociabilidade juvenil, circuitos culturais, participação social, produção de práticas simbólicas e espaço público na cidade.



Figura 6: Grafite no muro da Escola Giulliana Galli. Maio de 2014. Fonte: Fanpage no facebook

Pensando na Praça das Juventudes, podemos notar que os segmentos populacionais dos bairros enfrentam historicamente, o significado sobre sua relação com o espaço público e o atendimento de suas demandas. Dessa forma, será que podemos pensar a Praça das Juventudes como um ponto de circuito cultural de lazer, de esporte, da produção de arte, de simbolismos? Será que se pode pensar esse lugar como território móvel, zona de contatos, trajeto comum de alguns grupos juvenis, de espaço de encontro e de partida para outros locais?

Aqui, há convergência e ao mesmo desterritorialização, processos cognitivos, de fazer, ser, sentir e se exibir. Pensar que esse espaço não é só um enclave de paz e harmonia em meio a um território marcado pela violência, pobreza e degradação socioambiental. Não se trata, portanto, de um lugar recortado sem conexão com a vida que pulsa pelas ruas, vielas e becos da comunidade que é tão múltipla quanto os personagens que nela habitam.

Nesse sentido, quando tratamos da Praça das Juventudes, trabalhamos com uma figuração em que as relações intersubjetivas construídas no espaço social são como feixes de forças criativas que implicam conflitos, tensões em equilíbrio, redes de posições que formam o interesse comum e habitus/disposições particulares de indivíduos e grupos sociais que ocupam esse chão como lugar de elaboração de normas, valores, enfim, de cultura. Há um modo de compartilhar informações, sentimentos que passa pela educação de base comum de “gente que está conectada”, “está ligada nas paradas”, “está no mundão”, aprendizado coletivamente buscado, seja pela interação via redes sociais, celulares ou no contato face a face com a “galera”. A dimensão corporal, a gestualidade, a configuração do movimento e de sua capacidade de transitar por diferentes espaços.

“É a reiventção de espaços instituintes de usos diversos da cidade. Não há fronteira que possa separar, dividir o que é a cidade e não-cidade na esfera pública experimentada por esses corpos juvenis em movimento. Uma juventude que não pára de andar produzindo e des-segmentarizando os usos oficiais da cidade” (DIÓGENES, 2003, p. 153)

Seguindo a trilha de Bhabha entendemos que (1998, p. 54), “não existe verdade política ou social simples a ser aprendida, pois não há representação unitária de uma agência política, nenhuma hierarquia fixa de valores e efeitos políticos”. Compreender como os dispositivos de poder formam saberes, constroem verdades a respeito de como deve ser

não só os comportamentos, a linguagem, como também, os agenciamentos de desejo dos ocupantes da Praça, a vida, os acontecimentos, é um desafio político e moral. Desvendar a rede de interações produzidas na Praça requer a disposição para adentrar em um contexto rico de experiências e ao mesmo tempo prenhe de conflitos.



Figura 7: 8º. Ensaio Rock na Praça da Cruz Grande/Juventude na Serrinha. Foto: Caravana da Periferia, fevereiro de 2014.

Quais são os mundos gerados a partir de atividades como organizar eventos, mediar debates sobre a relação com o Estado, as formas de reivindicar, pressionar, negociar, a produção da imagem da Praça? Como se constitui a ocupação ordenada do lugar? Como se constroem as formas de resistência da comunidade às violências cotidianas sofridas não apenas como momentos corriqueiros e repetitivos de uma prática política, mas cenários, lugares de enunciações linguísticas com efeitos de poder? Quais são as regularidades enunciativas presentes no trabalho político de ocupação da Praça? Quais os fluxos permitidos e possíveis para jovens que se sentem desqualificados, desconectados, diferentes e excluídos do mundo à sua volta? Quais os agenciamentos e linguagens que ainda dão sentido ao cotidiano dos sujeitos que movem uma “máquina de guerra” contra o Estado para o acesso à políticas públicas?

A apropriação do espaço público como território de cultura popular e de ação política tenciona superar a histórica segregação simbólica e material do lugar de moradia. A praça-festiva para consumo cultural (Ferreira, 2009) também é a que demanda políticas

públicas que apaguem os indícios de abandono e quase nenhuma prioridade a que fora relegada. Tornar visível a paisagem cultural da periferia é como nos diz Lefebvre (2001), é alterar a formas como o espaço é percebido, concebido e vivido. É potencializar os mapas cognitivos e as redes sociais que a compõem.



Figura 8: Grupo artístico “Tambores de Safô” na comemoração do dia 8 de Março. Praça da Juventude. Março de 2014. Fonte: Fanpage da Caravana da Periferia.

Esse processo de construção do mundo social, de um espaço compartilhado das diferenças, das práticas culturais não dominantes é a possibilidade real de se gerar uma esfera pública, de um lugar de fala para os corpos em movimento, que postulam reconhecimento, visibilidade e transformação da sua realidade. Dessa forma, tem-se além da luta política, a guerra simbólica por legitimação da existência. Uma política da vida, que de acordo com Foucault (2002), é a de não assujeitamento aos dispositivos e enunciados de poder maciçamente presentes na contemporaneidade.

A significação simbólica sobre os circuitos jovens na metrópole, na cidade, faz-nos perceber a riqueza da emergência desses sujeitos ao mesmo tempo assujeitados (FOUCAULT, 2008) e autônomos nos seus projetos individuais performáticos de ser e estar no mundo, o que vai condensar formas plurais do socius no espaço da Praça da Juventude. Que juventudes são essas? O certo é que como assinala PAIS (2006), nem só de aprisionamentos vivem os jovens de periferia, mas de buscas de si através do outro, de pertencimentos sociais urbanos, de contatos, de trocas culturais.



Figura 9: Convite virtual para sarau na Praça da Juventude, novembro de 2013. Fonte: Fanpage no Facebook.

### Uma última pincelada

“Eu trago na memória os trampo militante  
 correria na quebrada espalhar o hip hop  
 ação comunitária  
 os preto reunido, o discurso era bonito  
 estudando a Mãe África, Zumbi, Marxismo  
 vários grupos de atitude, todo mundo unificado  
 eu via os manifesto, os protesto redobrado  
 Eu via os panfletos sendo distribuído  
 na posse da ZL contra o capitalismo  
 era nós que trabalhava pra nós mesmo  
 Hip Hop tá no sangue não tem preço!”

#### **ATIVIDADE INTERNA (Movimento Hip Hop – Nós por nós (construindo a Caravana da Periferia))**

A memória dos bairros, das praças, a história das formas de encontro juvenis, seus heróis, a marca nos corpos de tiros, pauladas e facadas, o estilo de vida nas indumentárias, as amizades, as irmandades, as perambulações e todo o repertório acumulado de vidas que afirmam sua diferença social, seu modo de existência, sua forma guerreira de lutar contra e conviver com o ordinário e violento da vida. As disputas pelos territórios, pela palavra, o enfrentamento de poderes invisíveis que tentam obscurer horizontes e enclausurar corpos sedentos de movimento, são algumas das perspectivas alcançadas nesse exercício de sentir a ancestralidade da peleja contra a morte na cidade.

A apropriação do espaço público como busca do lazer, da sociabilidade é também uma forma de ação política. Os equipamentos urbanos dos bairros periféricos, suas funções e usos, geram visibilidades, mesmo que muitas vezes, tragam indícios de abandono e pouca prioridade pela omissão do poder governamental. Caminhar na paisagem da praça é perceber os mapas culturais de desejos diversos. É como afirma Lefebvre (2001), perceber os mapas cognitivos e as redes sociais, que de fato, representam a vida social.



O processo de construção desse mundo social, de uma esfera de discurso público, de performances, de transformação cultural da imagem da Praça são investimentos duradouros de sujeitos coletivos aí presentes historicamente há pelo menos duas décadas. A praça como lugar para ficar e não só passar, um espaço de compartilhamento de experiências de encontro, de processos de autovalorização, de busca de densidade das relações sociais. A estruturação de uma rede de espaços que conectam outros bairros, outras configurações espaciais, tecem laços de proximidade que enriquecem o círculo social de produção política e cultural.

Aos usos tradicionais da Praça, são criadas outras individualizações do território por distintos grupos sociais, com seus rituais lúdicos, estéticos, de entretenimento. Ao lado de uma possibilidade de memória coletiva sobre o lugar, tem-se manifestações artísticas e políticas que dinamizam as várias formas de inserção e fazem convergir novos sentidos para as relações socioculturais. Dessa forma, a Praça emerge como marco de referência, como campo de comunicação e como microcosmo onde pululam referências de outros espaços e tempos. O universo sociocultural dos jovens de periferia não está submetido a uma lógica de fechamento, de empobrecimento, como à primeira vista podemos pensar. Viver esse universo preñado de poder heurístico é embrenhar-se em um emaranhado de práticas, saberes não monoculturais, mais polifônicos, polimorfos, caleidoscópicos.

A escrita do lugar no cotidiano, o reconhecimento da Praça pelos moradores do seu entorno, a busca por experiências coletivas significativas são as formas como os grupos locais efetivamente ocupam e se identificam com a cidade através de um fragmento de território. Fazer acontecer a Praça, significa delimitar uma fronteira, onde tudo pode acontecer, inclusive diálogos culturais entre grupos sociais diferenciados, com interesses e pertencimentos existenciais diversos. Esse lugar que proporciona a base para a construção de narrativas coletivas, não é só uma paisagem de poder, mas, de histórias e de reconhecimento recíproco.

No embate cultural pela coexistência na Praça, antagonismos e afiliação são produzidos performativamente pelos diferentes atores, sempre em condições contingentes e contraditórias. “Um saber só pode se tornar político através de um processo agonístico: dissenso, alteridade e outridade são as condições discursivas para a circulação e o reconhecimento de um sujeito politizado uma “verdade” pública” (BHABHA, 1998, p.

49).

Nesse sentido, problematizar e refletir sobre essa alteridade, construir uma prática representacional, a partir dos discursos e da ação cotidiana desses jovens, nos fez vislumbrar outra dimensão para a política, a ação no cotidiano, um movimento não só voltado para questões imediatas, mas de prospecção quanto à ocupação da Praça, as possibilidades de efetividade de políticas públicas, a discussão sobre a relação de autonomia e cooptação em relação ao Estado (principalmente, com o poder público municipal), o protagonismo das juventudes na produção da arte, da cultura e a fabricação de uma outra narrativa sobre o lugar.

As experiências intersubjetivas, o mundo em comum, a vida que pulsa em um espaço que poderia estar morto, indicam camadas de significados dados pelos múltiplos sujeitos que aí transitam e fazem do lugar, incorporação de sentidos públicos. A luta simbólica, não só pelo reconhecimento da Praça pela cidade mais ampla, mas, a construção de uma linguagem política redonda em ação prática de enunciação não só das demandas dirigidas ao Estado, mas de apelo à consciência pública. É nesse sentido, que a presença pública anunciam a potência da narração do lugar, como plataforma de visibilidade e de afirmação não do esquecimento e da ausência, mas da capacidade de exercício das liberdades possíveis. Como acontecimento e movimento, no chão da Praça.

### **Referências Bibliográficas**

ABRAMOVAY, Miriam et. al. **Gangues, gênero e Juventudes**: donas de rocha e sujeitos cabulosos. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. 2ª. edição. Belo Horizonte: Editada da UFMG, 2010.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. **A promessa da política**. Organização e introdução de Jerome Kohn. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2012.

BARREIRA, César et.al. **Ligado na galera**: juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza. Brasília: UNESCO, 1999.

BARREIRA, Irllys. **Usos da cidade**: conflitos simbólicos em torno da memória e da imagem de um bairro. *Análise social*. V. XLII (182), 2007.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. 2ª. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996.

\_\_\_\_\_. **Marginalia**: algumas notas adicionais sobre o dom. *Mana* 2 (2): 7-20, 1996.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **O nativo relativo**. *Mana*, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano 1**: artes de fazer. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ, vozes, 1994.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.

CRAPANZANO, Vincent. **Horizontes imaginativos e o aquém e o além**. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, vol. 48, n. 1, 2005.

DAS, Veena. **Fronteiras, violência e trabalho do tempo**: alguns temas wittgensteinianos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 14, n. 40, p. 31-42, 1999.

DIÓGENES, Glória. **Juventude, exclusão e construção de políticas públicas**: estratégias e táticas. IN: MENDONÇA FILHO, M. e NOBRE, M. T. (orgs.). *Política e afetividade*. Salvador: São Cristóvão: EDUFBA, EDUFS, 2009.

\_\_\_\_\_. **Cartografias da cultura e da violência**: gangues, galeras e o movimento hip hop. 2ª. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

\_\_\_\_\_. **A arte de fazer enxame**: experiências de ressignificação juvenil na cidade. *Política e Sociedade*, v. 5, p. 191-221, 2006.

FABIAN, Johannes. **A prática etnográfica como compartilhamento do tempo e como objetivação**. *Mana*. vol. 12, n. 2., 2006.

FAVRET-SAADA, Jeanne. **“Ser afetado”**. *Cadernos de Campo*, n. 13, 2005.

FENTRESS, James & WICKHAM, Chris. **Memória Social**. Coleção Teorema. Série Especial. Trad. de Telma Costa. Lisboa, Editorial Teorema, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Segurança. Território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. 2ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOLDMAN, Márcio. **Alguma antropologia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

GONÇALVES, Marco Antonio. **Traduzir o outro: etnografia e semelhança**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

GUATTARI, Felix e ROLNIK, Suely. **Micropolítica**. 2ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

HONNETH, Axel. 2003. **Luta por reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. São Paulo, Edit. 34.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. Tradução Claudio Carina. 1ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. 5ª. Edição. São Paulo: Centauro, 2001.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 17, n. 49, Junho, 2002.

\_\_\_\_\_. **Etnografia como prática e experiência**. Horizontes antropológicos. Porto Alegre, v. 15, n. 32, Dez, 2009.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo**. 2ª. Ed. Brasília. Paralelo 15, São Paulo. Editora UNESP, 2000.

PALBART, Peter Pál. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2003.

PEIRANO, Mariza. **O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**. As tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1974.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

WACQUANT, Lôic. **Os condenados da cidade**. Rio de Janeiro: REVAN, 2007a.

\_\_\_\_\_. **Punir os pobres**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: REVAN, 2007b.

\_\_\_\_\_. **As duas faces do gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008.

WHITE, William. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.